

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA
COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 28
DE SETEMBRO DE 2007:-----

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos, iniciou-se e teve lugar a quarta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29 DE JUNHO DE 2007;

1.2 - LEITURA DE EXPEDIENTE;

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DE TAXAS;

2.3 – LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTº 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO = AUTORIZAÇÃO;

2.4 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS = APROVAÇÃO;

2.5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM=APROVAÇÃO;

2.6 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREAS RELATIVAS À PROIBIÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS ONDE SE VENDAM BEBIDAS ALCOÓLICAS PARA CONSUMO NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO OU FORA DELE, JUNTO DAS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO, NO CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO = APROVAÇÃO;

2.7 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE REGATEIRA-FONTAINHAS, FREGUESIA DE SANTA COMBA DÃO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQUERENTE: ANTÓNIO LINO LOPES DA SILVA;

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Fernando Manuel Varela Nunes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Verificou-se a ausência dos Srs. Deputados Agostinho Pires, Paulo Dirceu Domingues dos Santos e José Marques Duarte da Cruz que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29 DE JUNHO DE 2007. Não se registando qualquer pedido de intervenção, passou-se para a votação, sendo a acta aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois - LEITURA DE EXPEDIENTE. O Primeiro Secretário referiu um ofício, que já tinha sido enviado a todos os Srs. Deputados, da Câmara Municipal onde era dada a informação socio-económica do agregado familiar de Fernando Manuel Marques Santos Dias, autor do pedido de autorização de construção de habitação própria apresentado na sessão desta Assembleia de Fevereiro de 2007. Informou ainda os Srs. Deputados que tinha sido recebida uma cópia da escritura de venda do apartamento que aquele munícipe possuía em Tábua. Leu de seguida uma carta enviada à Assembleia do munícipe Francisco Dias Santos onde reclamava da pouca frequência de paragens em Santa Comba Dão dos autocarros da Rede Expresso vindos de Lisboa. Foi referido a seguir que os pedidos feitos na sessão anterior pelos Srs. Deputados César Branquinho e José Augusto Sousa a propósito das actas e do Regimento já estavam satisfeitos. Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados, tendo a primeira intervenção sido feita pelo Sr. Deputado João Boto Martins, que manifestou a sua preocupação em relação às notícias que davam conta das alterações climáticas resultantes da pouca defesa do

ambiente que se tem generalizado, tendo tudo isto a ver com a aposta que se quer fazer em Santa Comba Dão em relação ao turismo. Salientou a necessidade de proteger a paisagem e os recursos naturais, nomeadamente a água, muito importante nos projectos para o concelho. Assim apelava a todos para terem pequenas mudanças de atitude e de comportamento de forma a que no seu relacionamento diário transmitissem estas preocupações para que o concelho tivesse futuro como destino turístico. Referiu depois alguns exemplos que não devem ser praticados de forma a garantir a preservação do ambiente.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção, corroborando a preocupação do Sr. Deputado e nesse sentido convidou-o para liderar uma comissão e em conjunto com outros Srs. Deputados elaborar um Código de Boas Práticas Ambientais para o concelho a ser divulgado a todos os municípios. Assim solicitou voluntários para integrarem a comissão, tendo-se disponibilizado a Sra. Deputada Paula Francisca Gomes e o Sr. Deputado Guilherme Leitão Castanheira.

O Sr. Deputado Boto Martins, aceitando a proposta solicitou que no fim da sessão da Assembleia, a comissão se reunisse para marcação do primeiro encontro.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa, que ainda sobre o tema focado anteriormente apelou a que quando se utilizasse o Multibanco não se pedissem extractos desnecessários de forma a que menos papel fosse gasto e consequentemente menos madeira fosse necessária. Referiu-se depois a um ofício proveniente da Câmara Municipal dirigido aos arrendatários dos Bairros Sociais dando conta da proibição de possuírem nas suas casas animais que pudessem incomodar os vizinhos ou pudessem causar danos. Compreendendo a situação, discordava dos destinatários do ofício, pois apenas os prevaricadores deveriam ter sido avisados (casos de animais perigosos, de falta de higiene e até casos de criação de pintos dentro das habitações). Referiu-se à preocupação de algumas pessoas no sentido de cumprirem o solicitado, lembrando que apenas tinham duas soluções: ou o abandono ou o abate. Desconhecendo que medidas iriam ser tomadas, lembrou que a lei vigente autorizava a existência de até três animais em cada casa, podendo o número ser reduzido por acordo em condomínios mas nunca a zero. Referiu depois as consequências desastrosas que o ofício originou nalguns animais. Focou também o estabelecido por Câmaras Municipais, ressaltando que este executivo nada tinha a ver, com contratos onde se estabelece a proibição da existência de animais nas casas.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho, que em relação ao pedido de construção de habitação na Freguesia do Vimieiro feito pelo Sr. Fernando Manuel Marques Santos Dias, solicitou informação sobre o ponto da situação e se o Ministério Público já se teria pronunciado.

O Sr. Presidente da Assembleia, informou que continuava a espera que o Ministério Público se pronunciasse e logo que tal acontecesse seria dado conhecimento a todos os Srs. Deputados.

Não havendo mais intervenções, passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo nº 2 do Artº 19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que antes de se debruçar sobre este assunto, solicitou autorização para se referir às questões tratadas no Período de Antes da Ordem do Dia. Assim, e em relação à intervenção do Sr. Deputado Boto Martins, concordou com ela e referiu que a Associação de Municípios do Planalto Beirão editou recentemente um livro onde o assunto era tratado, solicitando ao Sr. Deputado Nuno João Pereira que providenciasse no sentido deste livro ser distribuído por todos os Srs. Deputados. Lembrou também o serviço camarário existente já há alguns anos de recolha de monstros, que é gratuito. Sobre a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa, disse que a carta enviada aos moradores resultava do cumprimento do contrato de arrendamento e foi motivada por várias queixas de moradores. Além das duas soluções apresentadas, referiu haver ainda a possibilidade dos donos, através de amigos e familiares colocarem os animais em espaços abertos, focou ainda que dentro de algum tempo também haverá o canil municipal. Fez depois a apresentação da sua informação, já anteriormente distribuída aos Srs. Deputados através do sistema de PowerPoint. Referiu uma visita feita por uma delegação da Câmara a Damazan, cidade francesa em processo de geminação com Santa Comba Dão e informou da retribuição da visita por parte de uma comitiva daquela cidade. A concretização do processo de geminação está atrasada, pois aguarda-se pelos resultados de eleições a realizar em França. Referiu o funcionamento do novo painel electrónico e solicitou às Juntas de Freguesia e outras entidades o envio de informação de utilidade pública para que pudesse ser colocada do referido painel. Fez um agradecimento público à colaboração e apoio que tem tido por parte de todos os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, enumerando as obras efectuadas e intervencionadas nas Freguesias. Depois de se referir à informação já fornecida por escrito aos Srs. Deputados, debruçou-se sobre as parcerias público-privadas, dizendo que tinha sido lançado um concurso através da Empresa Municipal Combanima para seleccionar empresas que depois em conjunto formassem uma outra empresa para desenvolver uma série de investimentos. Indicou as empresas seleccionadas, as obras a executar e os respectivos encargos ao longo dos anos de vigência da parceria. Disponibilizou-se a seguir para prestar os esclarecimentos que os Srs. Deputados pretendessem.

Pediu a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins que questionou se os documentos que tratavam da parceria público-privada iriam ser distribuídos aos Srs. Deputados, uma vez que não faziam parte da informação escrita já entregue e manifestou preocupação por em 2035 ainda se estar a suportar encargos que iriam ser assumidos na parceria.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que os documentos iriam ser distribuídos e não fizeram parte da informação de apoio já entregue, porque na altura dessa entrega ainda se estava na fase de definição e negociação com as empresas. Em relação à duração dos encargos, lembrou que actualmente também se suportam encargos feitos há alguns anos e que durarão mais alguns. Lembrou também que os projectos a efectuar teriam um largo espaço temporal para serem utilizados e portanto as gerações mais novas, que os iriam utilizar, também tinham a obrigação de suportar alguns encargos.

Pediu de seguida a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz, que a propósito do significado da palavra “modelo” disse que esta tinha um significado muito preciso e não se ajustava ao modo como o Sr. Presidente da Câmara a utilizava em relação à implementação no concelho das Actividades Extracurriculares. Perguntou que modelo, se as aulas de natação ministradas no ano lectivo anterior não corresponderam à carga horária prevista pelo Ministério da Educação, que nem todos os profissionais que leccionavam Educação Musical tinham as habilitações exigidas pelo Ministério da Educação, salientando o alerta feito pela DREC para estes factos no fim do ano lectivo. Iniciou-se um novo ano lectivo e estas situações mantiveram-se com a agravante das actividades se terem iniciado uma semana mais tarde sem que os pais tivessem sido avisados, apesar do calendário escolar ter sido publicitado com muita antecedência. Mostrou-se agradada em relação ao fornecimento das refeições, pois a empresa escolhida oferecia-lhe algumas garantias, nomeadamente em termos de qualidade. Questionou a situação de funcionários camarários conduzirem as carrinhas da empresa na distribuição das refeições. Focou depois a afirmação na última sessão do Sr. Presidente da Câmara ao referir que a componente económica não seria importante em termos de educação, concordando achava que a situação financeira da Câmara não permitia fazer esta afirmação tão ligeira. Uma vez que neste campo não haveria restrições económicas, perguntou porque tinha sido retirado à Escola Secundaria o autocarro que estava ao seu serviço e tinha voltado a ser utilizada a carrinha de 16 lugares que era utilizada anteriormente. Lembrou as novas exigências que a lei que regulamenta o transporte de crianças impõe. Considerou que o Sr. Presidente da Câmara na anterior Assembleia se referiu em termos menos dignos ao seu desempenho profissional, salientou que as suas intervenções eram meramente no âmbito do cargo que desempenhava e que na falta de argumentos não gostaria de as ver repetidas, não lhe reconhecendo competência para a avaliar no campo educativo. Terminou

dizendo que em democracia discordar era um direito saudável que só poderia contribuir para promover a reflexão mais profunda e sustentada.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, solicitou autorização para que o Sr. Vereador António José Correia respondesse às questões, no entanto e como tinha sido acusado de proferir afirmações que não se recordava de ter feito, pois prezava-se de ser educado, solicitou a audição da gravação da sessão anterior. Não fazia insinuações, mas sim afirmações que poderia provar. Nunca quis avaliar a competência profissional da Sra. Deputada e se isso estava na acta não estaria bem ou a Sra. Deputada teria entendido mal. Respeitando todos, com certeza que não faria tais afirmações, aliás respeitava mais do que era respeitado. Ainda em relação ao autocarro disse que o utilizado no ano lectivo anterior pela Escola Secundária era o autocarro da Misericórdia que este ano não foi disponibilizado por ser proibido. Assim foi a Câmara que teve que resolver o problema colocando ao serviço a carrinha que anteriormente era utilizada, uma vez que não havia dinheiro para comprar um novo autocarro. Com certeza que se houvesse disponibilidade do autocarro da Misericórdia não teria havido qualquer alteração, mas a Sra. Deputada nunca quer saber as razões, faz apenas as acusações. Considerou que isto sim eram insinuações indirectas, devendo ser objectiva nas questões para também ter respostas objectivas. Quanto à questão económica na educação, disse ter afirmado que havia situações em que a questão económica não era importante e havia coisas na educação em que a questão económica não era importante, ou seja, as mais valias que se retiram do investimento que se faz são mais importantes do que o dinheiro gasto, não se querendo dizer que na educação se gasta a seu belo prazer, porque também não há para gastar.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Vereador António José Correia, que começou por fazer uma introdução relativa à forma de fazer política. Numa determinada área que se devia focalizar, e aqui o que estava em causa era a educação para a qual a Sra. Deputada estaria com certeza mandatada para intervir havia três opções: a primeira quando as coisas estavam bem devia-se estar junto delas e apoiar o executivo que as põe em prática; segunda ignorar para não valorizar o que é feito e terceira que tinha a ver com a falta de enquadramento global de uma política educativa para levantar questões que nem sequer o são, considerando ser esta a situação levantada pela Sra. Deputada. Quanto às aulas de natação, houve efectivamente no ano passado uma inspecção da DREC sobre o modo de implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ano. A Câmara e o Agrupamento desde o início sabiam que não se estava a cumprir o horário completo das aulas de natação, mas este era substituído com o acordo do Agrupamento por aulas na Casa da Cultura, na Biblioteca Municipal e no Espaço Internet. Com certeza que a Sra. Deputada já disto tinha conhecimento pois a situação já tinha sido focada. No âmbito daquela inspecção a Câmara foi alertada para o facto, tinha tido a oportunidade de na DREC ter colocado à Sra. Directora Regional a

situação de não haver condições para todos os alunos terem as aulas de natação, tendo a Sra. Directora Regional, que exerce um cargo político, concordado e achado muito bem, eventualmente estando numa situação que ia contra o protocolo, mas as mais valias eram muito superiores ao cumprimento do protocolo. Esperava que a Sra. Deputada estivesse esclarecida. Quanto à questão da Educação Musical, disse que efectivamente houve três professores que não tinham habilitação, situação que era do conhecimento da DREC desde o início do ano lectivo transacto. Foram tomadas as medidas necessárias e neste ano lectivo os professores estão devidamente certificados devido às acções de formação que foram efectuadas. Quanto à questão do conceito do “modelo” na implementação das actividades e uma vez que se considerava condicionado para responder, solicitava à Sra. Deputada que perguntasse à DREC o motivo que deu origem a serem assim distinguidos, com certeza que não foi a pedido da Câmara. Quanto ao atraso do início das actividades numa semana, disse que foi entendimento do Agrupamento para que se fizesse uma primeira semana de preparação e articulação, à semelhança do que se fez no ano anterior, entre os professores titulares e os professores das actividades. Quanto à alimentação achava que o importante era a sua qualidade e necessidades e adequação nutricionais. A Sra. Deputada estaria a preocupar-se e a confundir-se com questões menores, a questão dos motoristas era uma questão interna de acordo com a própria empresa, se a Câmara tinha recursos disponíveis para afectar àquele serviço o que provocava uma diminuição de custos, obviamente que era uma questão de gestão e portanto pensava que ainda tinham a competência para poder gerir ou pelo menos que lhe dessem essa legitimidade. Em relação ao autocarro para a Escola Secundária, disse estar preocupado com a situação, que se estava à procura de uma alternativa que fosse a menos onerosa para o município mas que fosse de encontro às necessidades da escola. Referiu terem sido feitas muitas reformas e intervenções na Área da Educação nos últimos dois anos, mas não valia a pena estar a enumerá-las pois eram do conhecimento geral.

A intervenção seguinte foi feita pelo Sr. Deputado César Branquinho, que começou por dar os parabéns à Câmara, reconhecendo a qualidade da requalificação da área envolvente à Câmara Municipal. Apelou para a criação da Loja do Cidadão, tanto mais que recentemente o Governo anunciou apoios neste projecto. Referiu-se depois à noticia publicada num jornal sobre o endividamento das Câmaras, onde Santa Comba Dão vinha em sexto lugar, com um endividamento liquido de cerca de doze milhões e seiscentos mil euros. Como deputado e como cidadão mostrou-se preocupado pois a situação iria com certeza causar penalizações. Referiu depois algumas despesas que aumentaram de 2005 para 2006 (dividas a terceiros, despesas com pessoal na ordem dos 25%, gastos de representação, artigos honoríficos e ofertas, despesas com assessores e a Combanima). Em relação à Combanima questionou se já havia receitas e quais e se estava a ser uma empresa

rentável. Referiu um artigo publicado no Boletim Municipal, onde o Sr. Presidente da Câmara assumia ter cometido erros no primeiro ano e meio de mandato. Terminou perguntando se no final do mandato o Sr. Presidente da Câmara ainda estaria a responsabilizar o anterior executivo pela má situação financeira.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que conforme promessa de um membro do Governo, a Loja do Cidadão estaria a funcionar em 2008 na Casa dos Arcos. Quanto ao endividamento disse que o valor tem sido apresentado na Assembleia e portanto não via onde estava a surpresa, pois a situação nunca foi escondida e tem sido apresentada com coragem. Em relação ao aumento das despesas com pessoal, não aceitou o número de 25% dizendo ser bem menor, possivelmente o Sr. Deputado ter-se-ia enganado numa vírgula. Reconhecia como já o tinha feito a existência de alguns erros no primeiro ano de mandato, não podendo ser responsável por toda a situação, podia sim ser responsável pelas situações ocorridas no último ano e meio. Actualmente e desde Abril as medidas tomadas estavam a dar os seus frutos e as despesas mensais estavam a diminuir. Esta situação de endividamento era o resultado da entrada em vigor de uma nova lei com o mandato já a decorrer e para a qual as Câmaras não estavam preparadas. Estava certo que haveria penalizações e essa penalização seria no corte de cerca de 10% na verba do FEF que não preocupava muito, pois a verba não era retirada à Câmara mas sim na verba destinada ao abatimento da dívida bancária. Em relação à Combanima, no final do ano serão apresentadas as contas onde se verificará que teve capacidade de captar mais receita do que tinha a Câmara. Disse que no fim dos 4 anos não se defenderia com os erros do passado mas sim como o tem feito até agora que é constatar factos e enquanto poder constatar factos vai fazê-lo. Esta Câmara foi autorizada pelo Governo a fazer empréstimos em 2006 no valor de cerca de 700 mil euros, o Governo não o devia ter feito e agora diz que somos obrigados a repor. Este foi o único empréstimo bancário feito por esta Câmara, havendo empréstimos bancários de 8 milhões de euros, perguntava se também era responsável pelos outros mais de 7 milhões de euros. Focou como um erro cometido a consolidação de alguns empréstimos da Caixa Geral de Depósitos que em 2006 levou a uma estabilização do endividamento bancário dando origem a que não fossem tomadas medidas mais rigorosas. Assumia publicamente este erro, mas tomou na altura aquela decisão por pensar que seria uma boa solução, não escondia nada pois os Santacombadenses tinham o direito de saber como está a Câmara e tinham o direito de saber os esforços que estão a ser feitos para alterar a situação.

Pediu novamente a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que disse ter compreendido algumas das respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara e outras não. Voltou a referir os valores das despesas com pessoal, com gastos de representação, artigos honoríficos e ofertas indicando os valores de 2005 e 2006, disse que iria rectificar, podia estar enganado nos números que

tenham sido focados numa anterior Assembleia. Referiu a concordância do Sr. Presidente da Câmara na correcção das despesas e dos gastos e no final do ano estariam atentos à evolução da dívida, das despesas e das receitas como era obrigação do Grupo Parlamentar como cidadãos e como deputados.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu começando por comentar que talvez não devesse afirmar o que iria dizer a seguir pois isso podia levá-lo mais uma vez ao tribunal, mas assumia-o. Os artigos honoríficos não foram requisitados por ele, foram facturados por 2006, mas não tinha sido ele a requisitá-los, pedindo ao Sr. Deputado para adivinhar quem o tinha feito. Para confirmação convidou o Sr. Deputado para ir aos Serviços Camarários e perguntar o valor das requisições de artigos honoríficos por ele assinadas. Depois disse que o Sr. Deputado iria chegar à conclusão que era uma verdade mas uma verdade encoberta. Quanto às despesas de representação, já o tinha referido anteriormente, tinha que se deslocar quase todas as semanas a Lisboa para resolver problemas do Município, não problemas dele, ao contrário do anterior Presidente que já era uma pessoa bem conhecida e com bons contactos a nível do Governo e a maior parte das vezes resolvia as coisas pelo telefone, ele ainda não conseguia fazer isso e claro que estas deslocações traziam encargos com representação.

Pediu novamente a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz que quis esclarecer que desempenhava o seu direito como Deputada, não sendo mandatada por ninguém, apenas estava a desempenhar o seu papel de forma activa, como era sua maneira de estar na Assembleia ou em qualquer outro lugar. Mostrou-se chocada com a leviandade dos comentários, pois atribuir um facto pouco importante à questão da segurança de 500 alunos que diariamente são transportados para o pavilhão era mesmo para chocar. Disse que tal como o Sr. Vereador tinha uma lista de outras situações, também tinha uma e perguntava como era possível “empacotar 20 alunos” num espaço de cerca de 30 metros quadrados para servir o almoço durante duas horas como acontecia em S. Joaninho e se calhar noutros locais. Nesta situação questionou o que aconteceria no Inverno. Perguntou também como era possível transportar crianças de 3 anos sem qualquer auxiliar.

Respondendo o Sr. Vereador António José Correia, reconheceu que efectivamente os espaços para a alimentação não eram os mais adequados e por isso o actual executivo elaborou a Carta Educativa e iria arrancar com a construção dos Centros Educativos. Quanto ao transporte de crianças de 3 anos sem acompanhamento de auxiliares, disse ser um problema localizado a passar-se em S. Joaninho mas que ia ser resolvido não por obrigação da Câmara, pois como a Sra. Deputada devia saber, uma vez que já se tinha referido à lei, nas carrinhas ligeiras de passageiros não é necessário haver vigilantes. Pensava que a Sra. Deputada tivesse conhecimento disso e se tinha conhecimento se calhar nem devia levantar a questão. No entanto e como responsável pela Área da Educação também se sentia muito mais confortável

com a existência de vigilantes e a partir da próxima segunda-feira a solução estava assegurada.

Pediu a seguir a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para esclarecer que a Câmara Municipal não tinha qualquer responsabilidade no transporte dos alunos da Escola Secundaria para o pavilhão, essa responsabilidade competia ao Governo, comentando que as verdades tinham que ser ditas na totalidade, não se podiam deixar a meio. A responsabilidade de transporte dos alunos provinha do protocolo referente à construção do pavilhão, não tinha sido ele a mandar construir o pavilhão naquele sítio. A carrinha que agora faz o serviço é a que a Câmara anterior lá tinha colocado. O Partido Socialista durante estes anos todos não se lembrou disto, de repente lembrou-se a agora aponta uma pistola a esta Câmara porque resolveu o problema no ano passado e este ano não o pode fazer. Pediu para terem um bocadinho de vergonha quando vêm apresentar estas questões, quando defendem a bancada também têm responsabilidades naquilo que fizeram.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Varela Nunes, que começou por elogiar o Sr. Presidente da Câmara pelo modo actual e moderno de apresentação da informação através do sistema de PowerPoint. Por considerar importante para os Srs. Deputados solicitou também a distribuição da informação das parcerias como já tinha sido pedido pelo Sr. Deputado Boto Martins. Perguntou a seguir se estaria prevista alguma obra de reabilitação ou embelezamento no nó do IP3 que dá acesso a Santa Comba Dão pois considerava que isso seria motivador para que mais pessoas passassem pela cidade. Se não estava previsto, achava que deveria passar a estar.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que efectivamente estava previsto o embelezamento dos nós por parte da Câmara Municipal, que devido a um protocolo estabelecido com as Estradas de Portugal passou a ter a responsabilidade sobre os nós. Não foi ainda feito por manifesta falta de meios e porque no verão se fez um tratamento para erradicar as mimosas que existem no local. Não iria dizer quando seria feito, mas estava programado o embelezamento dos nós existentes no concelho.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois ponto dois - IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DE TAXAS. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por apresentar o assunto em debate referindo que era proposto nos termos da nova lei em vigor uma redução de 10% no que eram os coeficientes de localização, mantendo-se os valores propostos do ano anterior de 0,8% para os prédios urbanos não avaliados e 0,4% para os prédios urbanos avaliados. Referiu ainda que o impacto resultante da baixa do valor do coeficiente de localização era maior que baixar os valores da taxa do IMI.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que perguntou se a medida proposta iria afectar os prédios já sujeitos a avaliação ou se esta

avaliação iria ser corrigida ou não. Apresentou de seguida um caso pessoal em que a avaliação de um prédio que comprou foi majorada para tributação pelas finanças para concordar com a distorção dos preços resultantes do coeficiente de localização. Concordando com a redução proposta lamentou que esta não fosse maior a exemplo do concelho de Mortágua, compreendendo a pequena redução com as dificuldades económicas existentes. Apresentou de seguida os valores a praticar no concelho de Mortágua.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que o novo coeficiente de localização se iria aplicar a todos os prédios já avaliados. Considerou que a redução de 10% já era um esforço muito razoável e que Santa Comba Dão não era comparável a Mortágua que vivia com boa situação económica. Concordou em que a maior parte dos prédios se encontravam sobreavaliados mas que isso resultava da fórmula a aplicar. Referiu ainda a realidade económica de Mortágua em que as receitas ordinárias eram muito superiores às de Santa Comba Dão e ainda a serviços que são pagos em Mortágua e em Santa Comba Dão não.

Não havendo mais intervenções, passou-se para a votação sendo a proposta aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três - LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTº 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO = AUTORIZAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do assunto em debate dando conta da proposta de taxa de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de imposto em sede de IRC. Referiu ainda a alteração provocada pela nova lei sobre a incidência da derrama. Não havendo intervenções passou-se para a votação sendo a proposta aprovada por maioria de 26 votos (15 da Coligação e 11 do Partido Socialista) e uma abstenção da Coligação (Sr. Deputado Fernando Varela Nunes).

De seguida passou-se para o ponto dois ponto quatro - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS = APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto dizendo tratar-se da conclusão de um processo que já tinha corrido todos os pontos necessários. Não havendo intervenções passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto cinco - PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM=APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este referiu ser um caso idêntico ao anterior que terminava com a aprovação na Assembleia Municipal. Não havendo intervenções passou-se à votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis - PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREAS RELATIVAS À PROIBIÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS ONDE SE VENDAM BEBIDAS

ALCOÓLICAS PARA CONSUMO NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO OU FORA DELE, JUNTO DAS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO, NO CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO = APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta referindo que com a nova lei a proibição contemplava a proximidade a todas as escolas não apenas às Escolas Secundárias. Não havendo intervenções passou-se à votação sendo a proposta aprovada por unanimidade. Nesta votação não esteve presente o Sr. Deputado António Castro Cunha.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto sete - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE REGATEIRA-FONTAINHAS, FREGUESIA DE SANTA COMBA DÃO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 21.º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQUERENTE: ANTÓNIO LINO LOPES DA SILVA. Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa, que começou por referir que considerava que este pedido estava acompanhado de um processo bem elaborado e claro. Focou ainda que na escritura de doação o terreno em causa já estava considerado como urbano e daí julgar não haver necessidade de apresentar o pedido.

Pediu a seguir a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que reiterando a posição anterior em relação ao processo e conteúdo do atestado passado pela Junta de Freguesia de Santa Comba Dão, disse julgar que a situação do prédio se apresentar como urbano na escritura de doação seria o resultado de uma revisão do PDM onde anteriormente era urbano e agora rústico.

O Sr. Presidente da Câmara considerou também que a situação seria resultante da última revisão do PDM em que o terreno que era urbano teria passado a rústico.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pediu a palavra a munícipe Esmeralda Rocha Antas, de Vila Pouca, que se mostrou solidária com as preocupações sobre o ambiente já manifestadas nesta sessão, apelando também para a diminuição do consumo do tabaco. Lamentou que o conteúdo das suas intervenções na Assembleia fosse comentado de forma distorcida e não correspondendo à verdade, talvez em resultado da agitação que se gera no auditório quando faz alguma intervenção. Informou o Sr. Presidente da Câmara da existência de uma lixeira na estrada que liga Vila Pouca a Casal Bom. Referiu-se a uma nova lei que incidirá sobre a deslocalização das farmácias. Aconselhou os Srs. Deputados a que e quando possível se deslocassem pelo concelho e ouvissem do cidadão comum as suas

preocupações. Focou casos de Vila Pouca como a existência de uma pequena firma sem apoio e a Rua da Fábrica que não tinha condições para a circulação de viaturas pesadas em resultado das vedações existentes construídas fora da lei e sem o bom-senso de se negociar o alargamento da rua. Referiu-se a seguir ao problema das escolas que vão encerrando e situações que considerou anormais de transferências de alunos para Vila Pouca e S. Joaquinho. Considerou uma ideia feliz a realização da Semana do Idoso e congratulou-se que o novo Presidente da Câmara de Lisboa reduzisse as próximas iluminações de Natal esperando que não provocasse tanta celeuma como a medida provocou em Santa Comba Dão.

Não havendo mais intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.